

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

OCTANTE SECURITIZADORA S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

São Paulo, 04 de abril de 2025

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

1. Contexto Organizacional

O Conselho de Administração da Companhia se reuniu em Assembleia Geral Extraordinária no dia 16 de fevereiro de 2024, para deliberar sobre a saída da Sra. Glaucia de Castro Zucatelli do cargo de Conselheira de Administração e a entrada do novo Conselheiro, Sr. Guilherme Antonio Muriano da Silva.

Na mesma data, ocorreu uma reunião ordinária do Conselho de Administração, na qual foi reconhecida a renúncia da Diretora Presidente, com a consequente extinção do cargo de Diretor Presidente. Também foi formalizada a renúncia da Diretora de Distribuição, sendo eleito, em seu lugar, o Sr. Guilherme Antonio Muriano da Silva, que acumulará, a partir de então, o cargo de Diretor de Securitização.

O Conselho de Administração se reuniu novamente em 22 de maio de 2024, para o reconhecimento da posse e a extensão do mandato do Sr. Rômulo Oliveira Landim no cargo de Diretor de Compliance, bem como para o reconhecimento da posse e extensão do mandato do Sr. Guilherme Antonio Muriano da Silva como Diretor de Securitização.

Adicionalmente, foi realizada uma Assembleia Geral Ordinária em 6 de junho de 2024, com o objetivo de aprovar integralmente as contas da administração, conforme registradas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Situação sobre as condições econômicas da Companhia:

Neste exercício social, a Companhia teve aumento de seu resultado, somando um líquido de R\$586.031,31 (quinhentos e oitenta e seis mil, trinta e um reais e trinta e um centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Lucro líquido do exercício e dos 4 (quatro) exercícios anteriores (em milhares de R\$)			
2024	2023	2022	2021
586	-	21	61

Neste sentido, a companhia optou pela não distribuição dos lucros do exercício de 2025 e irá formalizar tal decisão em assembleia geral extraordinária.

Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Tendo em vista que a Companhia não possui acordo de acionistas, não há política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos. Sugere-se, conforme item 2 acima, a destinação do lucro da Companhia para composição da reserva legal, da reserva de lucro e da distribuição de dividendos, nos termos do Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.

Não foram antecipados dividendos ou juros sobre capital próprio já declarado.

1.1. Emissão de dívida

Não foram emitidas, nem adquiridas quaisquer debêntures pela Companhia.

2. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade. Neste sentido, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

3. Projetos desenvolvidos

A Companhia realizou emissão, em 12 de dezembro de 2024, de 27.800 certificados de recebíveis imobiliários da Série Única da 6ª emissão da Companhia com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 27.800.000,00 (vinte e sete milhões e oitocentos mil reais), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476.

A Companhia realizou a distribuição em 2025 de 7.381 certificados de recebíveis do agronegócio da Série Única da 36ª emissão da Companhia. A emissão foi realizada em 31 de outubro de 2023, no total de 110.000 certificados de recebíveis do agronegócio com valor nominal total, na data de emissão, correspondente a R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 476.

4. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia não contratou o auditor independente ou parte a ele relacionada para a prestação de qualquer serviço que não seja de auditoria externa, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.



5. Considerações Finais e Perspectivas

Em 2025, a Companhia tem a intenção de aumentar o volume de emissões que permitirão ter um aumento em suas receitas. Desde a primeira emissão de oferta pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, a securitização de créditos do agronegócio tem se mostrado uma importante fonte de captação de recursos para os participantes da cadeia produtiva do agronegócio, com a possibilidade de financiamento de mais de uma safra, a taxas atrativas. Para tanto, a Companhia continua investindo na readequação de sua plataforma operacional e permanece com o programa de treinamento para os profissionais envolvidos diretamente no fluxo operacional da empresa.

Em 2024, a Companhia manteve a estratégia de emissões encerrando o exercício social com lucro, o que reforça a consolidação da sua participação no segmento de securitização.

A Companhia tem reafirmado o seu comprometimento com a cadeia produtiva do agronegócio, uma vez que a demanda por financiamento dos insumos necessários à produção agrícola é crescente e as fontes alternativas de financiamento serão imprescindíveis para o setor em vista da escassez dos recursos tradicionalmente utilizados pelo setor agrário.

Diretores:

Guilherme Antonio Muriano da Silva
Diretor de Securitização

Romulo de Oliveira Landim
Diretor de Compliance

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Octante Securitizadora S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Octante Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Bases para opinião com ressalvas" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Octante Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião com ressalvas

Impostos diferidos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 a Companhia possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, o montante de R\$ 163 mil e R\$ 202 mil de saldo de prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social. Não foram preparados e apresentados estudos sobre a projeção de resultados tributários futuros, impossibilitando concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Ajustes de exercícios anteriores

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por nós com emissão do Relatório de Auditoria em 28 de maio de 2024 com ressalvas referente a falta de conciliação de diversas rubricas contábeis. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11.3, durante o exercício de 2024, a Companhia identificou ajustes de períodos anteriores no montante líquido de R\$ 312 mil, que foram contabilizados na rubrica "Ajuste de exercícios anteriores" na demonstração das mutações do patrimônio líquido. As práticas contábeis adotadas no Brasil, através do CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, determinam que correções de erros sejam contabilizadas contra as contas impactadas pelo erro e as demonstrações financeiras comparativas reapresentadas de forma a refletir a referida correção. A Administração da Companhia não efetuou os ajustes de forma retrospectiva e não apurou os efeitos tributários decorrentes desses ajustes, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e esse efeito está apresentado indevidamente na Rubrica "Ajuste de exercícios anteriores" no patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Receitas financeiras

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, a Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, como receitas de aplicações financeiras o valor de R\$ 1.403 mil. Ao obtermos evidências apropriadas e suficientes e aplicarmos testes de auditoria, identificamos uma diferença de aproximadamente R\$ 28 mil, registrada a maior, conseqüentemente, o resultado do exercício e o patrimônio líquido da Companhia estão registrados a maior naquele montante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita da prestação de serviço

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 e 12, a Companhia mensura e reconhece suas receitas em decorrência da prestação de serviços relacionados a estruturação e administração das operações de securitizações, as quais são definidas e previstas nos termos de securitização, considerando ainda a determinação de cada operação de securitização e o efetivo cumprimento de performance na prestação de serviço.

Devido a relevância destas operações descritas e dos assuntos tratados, consideramos como sendo um assunto significativo de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos existentes voltados para o acompanhamento, apuração e registro da receita, tendo ainda realizado:

- Testes, com base em amostras, de recálculo dos valores apropriados como receitas;
- Inspeção dos documentos comprobatórios das transações que originaram as receitas reconhecidas no resultado;
- Verificação dos respectivos comprovantes de seus recebimentos; e
- Adequadas divulgações em notas explicativas incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para determinação e reconhecimento das receitas e contas a receber registrados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de abril de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Waldemar Namura Junior
Contador CRC 1 SP 154938/O-0

Octante Securitizadora S.A.

CNPJ 12.139.922/0001-63

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativos	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivos	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalente de caixa	3	71	529	Fornecedores	8	41	320
Impostos a recuperar	4	263	132	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	10	10
Despesas antecipadas		60	70	Impostos e contribuições	9	103	66
Outras contas a receber	5	60	81	Outras obrigações	10	52	60
				Provisões	17	22	17
				Adiantamento de clientes		-	31
Total do ativo circulante		<u>454</u>	<u>812</u>	Total do passivo circulante		<u>228</u>	<u>504</u>
				Outros valores a pagar com partes relacionadas - LI	7	-	57
Total do ativo não circulante				Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>57</u>
Outros valores a receber com partes relacionadas	7	15	-	Patrimônio líquido			
Créditos Diversos	14	920	-	Capital social		135	135
Imobilizado	6	33	45	Reserva legal	11	27	27
				Reserva de Lucros	11	1.032	134
Total do ativo não circulante		<u>968</u>	<u>45</u>	Total do patrimônio líquido		<u>1.194</u>	<u>296</u>
Total do ativo		<u><u>1.422</u></u>	<u><u>857</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.422</u></u>	<u><u>857</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Octante Securitizadora S.A.

CNPJ 12.139.922/0001-63

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		31/12/2024	31/12/2023
	Nota		
Receita líquida		737	1.265
Despesas operacionais		(1.327)	(1.527)
Despesas gerais e administrativas	13	(1.198)	(1.807)
Despesas tributárias	13	(69)	(5)
Depreciação e Amortização	13	(19)	(24)
Outras receitas (despesas) operacionais	13	(41)	309
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(590)	(262)
Receitas financeiras	14	1.403	69
Despesas financeiras	14	(66)	(18)
Receitas financeiras líquidas		1.337	51
Resultado antes dos impostos		747	(211)
Imposto de Renda	15	(112)	-
Contribuição Social	15	(49)	-
IRPJ/CSLL		(161)	-
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		586	(211)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício por ação - R\$			
Quantidade de ações ordinárias		134.889	134.889
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício por ação ordinária		4,3443	(1,5642)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Octante Securitizadora S.A.

CNPJ 12.139.922/0001-63

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	586	(211)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	586	(211)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Octante Securitizadora S.A.

CNPJ 12.139.922/0001-63

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores				Total
		Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral	Lucros ou prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		135	27	378	-	540
Dividendos	11	-	-	-	(45)	(45)
Utilização da reserva de lucros	11	-	-	(244)	243	(1)
Ajustes de Exercícios Anteriores	11	-	-	-	13	13
Prejuízo do exercício	11	-	-	-	(211)	(211)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		135	27	134	-	296
Ajustes de Exercícios Anteriores	11	-	-	-	311	311
Lucro líquido do exercício	11	-	-	-	586	586
Constituição de reserva de lucros	11	-	-	898	(897)	1,00
Saldo em 31 de dezembro de 2024		135	27	1.032	-	1.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Octante Securitizadora S.A.
CNPJ 12.139.922/0001-63

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		816	1.798
Receita de serviços	12	816	1.400
Outras receitas	13	-	398
Insumos adquiridos de terceiros		(906)	(1.609)
Serviços de terceiros e outros	13	(906)	(1.609)
Valor adicionado bruto		(90)	189
Depreciação e amortização	13	(19)	(23)
Valor adicionado líquido		(109)	166
Valor adicionado recebido em transferência		1.403	69
Receita financeira	14	1.403	69
Valor adicionado total a distribuir		1.295	235
Distribuição do valor adicionado		1.295	235
Pessoal		317	273
Remuneração direta	13	172	139
Benefícios	16	96	92
F.G.T.S		9	7
Outros		39	35
Impostos, taxas e contribuições		325	156
Tributos Municipais	12	41	71
Tributos Estaduais		3	3
Tributos Federais	12 e 15	281	82
Remuneração de capitais de terceiros		66	18
Despesas financeiras	14	66	18
Remuneração de capitais próprios		586	(211)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		586	(211)
Valor adicionado distribuído		1.295	236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Octante Securitizadora S.A.

CNPJ 12.139.922/0001-63

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes de Exercícios Anteriores	11.3	13
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	586	(211)
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo) do exercício	19	24
Depreciação e amortização	13	24
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício ajustado	605	(187)
Aumento/(redução) nos ativos e passivos operacionais	(1.295)	83
Impostos a recuperar	(131)	23
Outros valores a receber com partes relacionadas	(5)	62
Despesas Antecipadas	-	(70)
Outras contas a receber	(882)	33
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(280)	48
Impostos e contribuições	36	(70)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5	5
Outras obrigações	(38)	52
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(690)	(104)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(7)	-
Empréstimos Efetuados	(15)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(22)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	(45)
Empréstimos e Financiamentos	(57)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(57)	(45)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(458)	(136)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	529	665
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	71	529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”) foi constituída em 3 de maio de 2010, e teve seu registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) efetuado em 17 de junho de 2010. A matriz da Companhia está localizada na Rua Beatriz, 226 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; (ii) a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliário e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; (iii) a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito e títulos e valores mobiliários aptos a lastrearem operações de securitização; (iv) a emissão, digitação, registro, a colocação e a distribuição pública ou privada no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; (v) a emissão, digitação, registro, a colocação e a distribuição pública ou privada no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; (vi) a emissão, digitação, registro, a colocação e a distribuição pública ou privada no mercado financeiro e de capitais, dos demais Certificados de Recebíveis e outros títulos e valores mobiliários de securitização; (vii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio, imobiliário ou quaisquer outros recebíveis aptos a securitização, e a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio ou em direitos de crédito imobiliário, incluindo, mas não se limitando a, administração, recuperação e alienação dos direitos de crédito; (viii) a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos na sua carteira de créditos; (ix) a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista e/ou sob qualquer outra forma, e em empreendimentos comerciais e de qualquer natureza; (x) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia obteve seu registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como emissora de valores mobiliários na categoria “B”, através do Ofício/CVM/SEP/RIC/nº 07/2011, e iniciou suas operações em setembro de 2011, em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, revogada pela Resolução CVM nº 80/22. Quando da publicação da Resolução CVM 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia passou a ser classificada como “S1” (a qual permite a emissão pública de títulos de securitização exclusivamente com a instituição de regime fiduciário).

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de Reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Conforme previsto na Lei nº 14.430/22 e resolução CVM nº 60/2021, as companhias securitizadoras de crédito estão obrigadas a manter a contabilidade individualizada para cada securitização de crédito (operação). Dessa forma, as demonstrações financeiras anuais da Companhia incluem os saldos relativos à Octante Securitizadora S.A., bem como os saldos relativos as operações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

A Companhia informa que não há novas normas, interpretações e alterações emitidas, mas ainda não em vigor até a emissão dessas demonstrações financeiras que possam impactá-las.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 04 de abril de 2025.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Imposto de renda e contribuição social - Corrente e diferido

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9%, sobre o lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor. O prejuízo fiscal acumulado poderá ser compensado em até 30% a cada exercício social, assim como compensação de até 34% de IR e CSLL. O imposto de renda da pessoa jurídica diferido (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) diferido (ativo e passivo fiscal diferido) são calculados sobre o valor das diferenças temporárias e base negativa de prejuízo fiscal, quando houver, com base nas alíquotas vigentes à época, desde que a realização desses ativos seja, comprovadamente, considerada provável de ocorrer.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Incluem aplicações financeiras mencionadas na nota explicativa nº 3.

e) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de instrumentos financeiros mantidos para negociação e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

f) Demais ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base para o pro rata dia) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base pro rata dia) incorridos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

g) Reconhecimento de ativo financeiro

O tratamento contábil de reconhecimento de ativos financeiros depende da extensão em que a Companhia está exposta aos riscos, benefícios e controle relacionados aos ativos financeiros onde a Companhia atuou como emissora dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e os transferiu a terceiros. Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares, e outras hipóteses similares – o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que foram gerados tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações geradas tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, aderentes ao CPC 25 são as seguintes:

- (i) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- (ii) Obrigações legais são registradas na mesma rubrica dos passivos contingentes, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

i) Imobilizado

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia tendo como base o método linear com relação às vidas úteis que são estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Equipamentos de informática: 5 anos ou 60 meses;
- Móveis, utensílios e central telefônica: 10 anos ou 120 meses;
- Instalações: 10 anos ou 120 meses.

j) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Reconhecidos, se aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

k) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras anuais conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias registradas na CVM.

l) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade

m) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, que ocorre entre a data final do exercício a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras. Dois tipos de eventos podem ser identificados: (a) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras que originam ajustes); (b) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras que não originam ajustes).

3. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composto:

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos - conta corrente	1	156
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	70	373
Total	71	529

O montante é composto por: (a) Aplicações financeiras de liquidez imediata (Itaú Soberano RF Simples LP FICFI), com liquidez imediata, realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa; e (b) Aplicações financeiras de liquidez imediata (Bradesco Corporate FIC FI RF Referenciado DI Federal), com liquidez imediata, realizada junto ao Banco Bradesco S.A. não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa.

Octante Securitizadora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

4. Impostos a recuperar

Referem-se aos impostos recolhidos na fonte sobre faturamento e imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras de exercícios anteriores que serão objeto de compensação durante o exercício posterior.

	31/12/2024	31/12/2023
Pis sobre faturamento	-	1
Saldo negativo IRPJ (ii)	208	59
Saldo negativo CSLL	18	33
Outros impostos a recuperar (i)	37	39
Total	263	132

- (i) O saldo com outros impostos a recuperar refere-se a créditos oriundos de pagamentos em duplicidades e que serão compensados em exercício posteriores.
- (ii) Base negativa de 2024 IRPJ no valor de R\$ 163. (R\$24 em 2023)

5. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo a receber refere-se aos gastos reembolsáveis relacionados ao pagamento de despesas que serão reembolsados à Companhia posteriormente e saldo corrigido em aplicações financeiras a serem repassados pelos patrimônios separados.

	31/12/2024	31/12/2023
Gastos reembolsáveis	44	74
Adiantamento a terceiros	16	7
Total	60	81

6. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia acumulou um saldo líquido de depreciações e amortizações sobre seus investimentos no valor de R\$ 19. Desse montante, R\$ 33 referem-se ao ativo imobilizado e R\$ 0 ao ativo intangível, distribuídos conforme segue:

Ativo imobilizado	31/12/2023	Baixas	Adições	Depreciação	Baixa Depreciação	31/12/2024
Central telefônica	1	-	-	(1)	-	-
Móveis e utensílios	20	-	-	(6)	-	14
Equipamentos de informática	18	-	5	(10)	-	13
Instalações	1	-	-	(1)	-	-
Máquinas e equipamentos	5	-	2	(1)	-	6

Octante Securitizadora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Total	45	-	7	(19)	-	33
-------	----	---	---	------	---	----

7. Valores a receber/(pagar) a partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Octante Gestão Recursos Ltda.	15	(57)
Total	15	(57)

8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referem-se aos saldos a pagar para os prestadores de serviços e outras contas a pagar.

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	41	320
Total	41	320

9. Impostos e contribuições e obrigações trabalhistas e previdenciárias

Os saldos de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referem-se aos impostos e contribuições a recolher, (FGTS, IRRF sobre salários, INSS, ISS, PIS, Cofins, CSRF, IRPJ e CSLL), e obrigações sociais e trabalhistas (férias e encargos).

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações fiscais	103	66
Obrigações sociais e trabalhistas	10	10
	113	76

Octante Securitizadora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

10. Outras obrigações

Os saldos de outras obrigações em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referem-se aos dividendos a pagar relativos ao lucro obtido nos exercícios anteriores ainda não pagos no valor de R\$ 52 (R\$ 60 em 2023).

11. Patrimônio líquido

11.1 – Capital Social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 135 dividido em 134.889 ações ordinárias nominativas.

11.2 - Dividendos e constituição de reservas

A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: (a) absorção do saldo de prejuízos acumulados; (b) 5% para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% do capital social; (c) 25% do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e (d) após as destinações mencionadas anteriormente, será decidido em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do saldo restante para em reserva de lucros.

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva de Lucros	(1.032)	(134)
Reserva Legal	(27)	(27)

De acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), as companhias devem distribuir, como dividendo obrigatório, uma parcela dos lucros líquidos ajustados, conforme definido no estatuto social.

Tal proposta será apreciada na Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras, nos termos da legislação vigente, considerando as circunstâncias e necessidades financeiras e operacionais da Companhia.

11.3 – Ajustes de exercícios anteriores

O saldo de ajustes de exercícios anteriores é composto preponderantemente por ajuste no saldo inicial da conta de Fornecedores no valor de R\$ 285 e impostos a recolher no valor de R\$26, os saldos foram baixados por não constar nenhum valor a serem pagos. (Em 2023 a baixa no resultado referente ajustes de exercícios anteriores foi de (13)).

12. Receita líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Serviços prestados	816	1.400
PIS, COFINS e ISS (i)	(79)	(135)
	737	1.265

(i) As alíquotas de PIS, COFINS e ISS são respectivamente 0,065%, 4% e 5%.

Octante Securitizadora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

13. (Despesas) receitas operacionais

As despesas gerais, administrativas, tributárias e demais receitas, referem-se substancialmente:

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Despesas Gerais e Administrativas (i)	(1.198)	(1.807)
Despesas Tributárias	(69)	(5)
Depreciações e Amortizações	(19)	(24)
Outras receitas (despesas) operacionais (ii)	(41)	309
Total	(1.327)	(1.527)

- (i) Sendo as despesas gerais e administrativas, compostas preponderantemente por despesas com pessoal R\$317 em 2024 (R\$273 em 2023), assessoria contábil e auditoria R\$ 164 em 2024 (R\$ 279 em 2023), e honorários advocatícios R\$ 115 em 2024 (R\$ 56 em 2023).
- (ii) Outras receitas/(despesas) operacionais composta por receitas com indenização no valor de R\$ 41 (R\$309 em 2023).

14. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto pelas receitas financeiras auferidas exclusivamente por aplicações em certificados de depósitos bancários, fundos de investimentos e reduzidos das despesas financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 conforme demonstrado a seguir:

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Receitas de aplicações financeiras	1.403	69
Despesas financeiras diversas	(66)	(18)
Total	1.337	51

De acordo como exposto na Resolução CVM nº 60/21, os rendimentos financeiros que decorram de aplicações de recursos originados nos direitos creditórios podem ser reconhecidos pela companhia securitizadora, nos termos e condições expressamente previstos no Termo de Securitização de cada emissão. No exercício de 2024, os rendimentos financeiros referentes as emissões estão representadas abaixo. Não houve reconhecimento financeiro em 2023.

	01/01/2024 a 31/12/2024
Receitas de aplicações financeiras	1.235
IOF	(256)
IRRF	(59)
Total	920

Octante Securitizadora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	747	(211)
(+) Adições	-	9
(-) Exclusões	-	-
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais Anteriores (Trava de 30%)	(202)	-
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	545	(202)
Taxa efetiva para Impostos - 24%	131	-
Benefício adicional do IRPJ 10% 240 mil	30	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/Diferido	161	-
Base Negativa de IRPJ e CSLL	163	-
Prejuízo Fiscal Acumulado	-	(202)

A Companhia não reconheceu o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos nas demonstrações financeiras devido à falta de expectativa de lucro no exercício fiscal de 2025. Considerando nossa análise das projeções financeiras e das condições de mercado, não vislumbramos a geração de lucro tributável neste período.

16. Benefícios aos empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se, basicamente, aos benefícios de curto prazo que envolvem auxílio refeição e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Auxílio refeição	(15)	(8)
Auxílio alimentação	-	(21)
Vale Transporte	(3)	-
Assistência médica	(78)	(63)
Total	(96)	(92)

Octante Securitizadora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

17. Provisões previdenciárias e trabalhistas

As Provisões previdenciárias e trabalhistas são compostas por obrigações com funcionários.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Férias e encargos	(22)	(17)
Total	(22)	(17)

18. Adiantamento de Clientes

No exercício de 31 de dezembro de 2024, a companhia registrou um saldo de adiantamento de clientes no valor de R\$ 0. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor era de R\$31.

19. Gestão de riscos e análise de sensibilidade

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de terceiros dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa ou em depósitos bancários de liquidez diária e junto às instituições de primeira linha. Esses investimentos estão sujeitos ao risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$ 374 em aplicações em instituições financeiras brasileiras conforme saldos na Nota Explicativa nº 3.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Risco de mercado

O caixa da Companhia é investido em operações compromissadas, indexados às taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)**

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em operações compromissadas ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados às taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

20. Adoção da Resolução CVM nº 60 – Regime dos certificados de recebíveis do agronegócio e recebíveis imobiliários

Em 23 de dezembro de 2021 foi emitida a instrução normativa CMV nº 60, que dispõe sobre a regulamentação das companhias securitizadoras de direitos creditórios, apresentando mudanças significativas relativas às operações que compõem o patrimônio separado, que atribui à elaboração das demonstrações financeiras individuais de cada patrimônio separado, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às companhias abertas e auditadas por auditores independentes.

Devido às modificações dessa instrução, a Companhia deixou de apresentar nestas demonstrações financeiras a informação suplementar das demonstrações financeiras fiduciárias, que vinham sendo apresentadas nas notas explicativas desde as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e ITR de 30 de setembro de 2018, que por sua vez serão apresentadas de forma individualizada e entregue à CVM na data em que forem colocadas à disposição do público, o que não deve ultrapassar 3 meses (90 dias) do encerramento do exercício social de cada patrimônio separado, acompanhadas de relatório do auditor independente.

Conforme estabelecido pela Resolução CVM nº 60, a data do encerramento do exercício de cada patrimônio separado, para fins de elaboração das demonstrações individuais, deve ser 30 de junho, 30 de junho, 30 de setembro ou 31 de dezembro de cada ano, dessa forma, a Companhia determinou as seguintes datas de encerramento do exercício de cada patrimônio separado da securitizadora:

Série/emissão	CRA/CRI	Data de encerramento do exercício
Série Única da 1ª Emissão	CR	30 de setembro
2ª e 3ª Séries da 1ª Emissão	CRI	30 de junho
4ª e 5ª Séries da 1ª Emissão	CRI	30 de junho
1ª e 2ª Séries da 16ª Emissão	CRA	31 de dezembro
2ª Série da 26ª Emissão	CRA	31 de março
1ª e 2ª Série da 30ª Emissão	CRA	31 de dezembro
1ª e 2ª Série da 31ª Emissão	CRA	31 de dezembro
Série Única da 31ª Emissão	CRA	31 de dezembro
Série Única da 32ª Emissão	CRA	31 de dezembro
1ª e 2ª Séries da 5ª Emissão	CRI	31 de dezembro
Série Única da 34ª Emissão	CRA	31 de dezembro
1ª, 2ª e 3ª Séries da 35ª Emissão	CRA	31 de dezembro
Série Única da 36ª Emissão	CRA	31 de dezembro
Série Única da 6ª Emissão	CRI	30 de setembro

21. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

22. Contingências

A Companhia faz periodicamente uma avaliação de seus riscos contingenciais baseado em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis como perdas possíveis. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los da melhor forma, segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas: prováveis, possíveis ou remotas.

No final de 2024, a Companhia ingressou com uma ação de indenização por danos materiais em desfavor de sua antiga prestadora de serviços contábeis, devido à identificação de adulterações em Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARFs) enviados para pagamento.

O prejuízo estimado, totaliza aproximadamente R\$ 1.415.230,16 (deste, 396.819,69 já foi identificado pela Secretaria da Receita Federal), acrescido de atualização monetária pelo índice IPCA e juros de mora. O prognóstico dessa demanda, segundo avaliação do assessor jurídico responsável, é classificado como possível.

Além disso, há uma contingência tributária relacionada a embargos à execução fiscal, cuja classificação de risco também é possível, conforme avaliação dos assessores jurídicos.

A Companhia optou por não constituir provisão para essas contingências, tendo em vista o andamento do processo administrativo junto à Receita Federal. A administração considera que a causa está segura e que há indícios favoráveis, uma vez que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional notificou a Companhia sobre a revisão dos débitos inscritos.

No momento, a Companhia aguarda decisão judicial acerca da revisão dos débitos, considerando que a Divisão de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório reconheceu que, após a emissão das DARFs, os códigos de barras foram adulterados, resultando no direcionamento indevido dos pagamentos.

Por fim, no âmbito dos embargos à execução fiscal, foi proferido despacho determinando que a União apresente manifestação conclusiva e junte aos autos o despacho administrativo relacionado ao caso.

Embora ambos os processos tratem da mesma questão, as discussões ocorrem em esferas distintas. A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os investidores informados conforme necessário.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Possíveis	Qtde.	Possíveis	Qtde.
Contingências tributária	1.415	2	1.415	2
Total	1.415	2	1.415	2

23. Serviços prestados pelo auditor

Em atendimento à Resolução nº 162/2022 da CVM, a Companhia, Octante Securitizadora S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, situado na Rua Beatriz, nº 226, Pinheiros, São Paulo SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.139.922/0001-63, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela empresa BDO Auditores Independentes SS Ltda. relacionados a esta Companhia, que não o serviço de exame de demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

24. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2024 até a aprovação das demonstrações financeiras que requeressem ajustes ou divulgação.